

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**A GESTÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO
PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Juliana Alievi Zanata

**Constantina, RS, Brasil
2012**

A GESTÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

por

Juliana Alievi Zanata

Monografia apresentada ao curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Latu-Sensu em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção de título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

**Constantina, RS, Brasil
2012**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**A GESTÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO
PEDAGÓGICO**

elaborada por
Juliana Alievi Zanata

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Comissão Examinadora

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Ms.
(Presidente/Orientador)

Leila Adriana Baptaglin, Ms. (UFSM)

Cristiane Ludwig, Ms. (UFSM)

Constantina, 01 de dezembro de 2012.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização Lato-Sensu em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

A GESTÃO ESCOLAR E A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Autora: Juliana Alievi Zanata

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Data e local da Defesa: Constantina/RS, 01 de dezembro de 2012.

A construção participativa do Projeto Político Pedagógico faz parte da gestão democrática da escola. A presente pesquisa monográfica buscou compreender a importância da participação da comunidade escolar na construção do Projeto Político e Pedagógico. Embasou-se no enfoque qualitativo, caracterizada como um estudo de caso. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se o questionário. Participaram do estudo membros da equipe gestora, professores e pais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha do município de Constantina, RS. Com o estudo constatou-se que através da construção coletiva a escola torna-se mais autônoma e a comunidade escolar sente-se valorizada em contribuir com a construção de uma escola com identidade própria e democrática.

Palavras chaves: Gestão Escolar Democrática; Comunidade Escolar e Projeto Político e Pedagógico.

RESUMÉN

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

LA COMUNIDAD ESCOLAR DELANTE LA CONSTRUCCIÓN COLETIVA DEL PROYECTO POLÍTICO EDUCATIVO

Autora: Juliana Alievi Zanata

Orientadora: Profa. Ms. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Data e local da Defesa: Constantina/RS, 01 de dezembro de 2012.

La comunidad escolar delante la construcción participativa del Proyecto Político Pedagógico es parte de la gestión democrática de la escuela. Esta investigación monográfica trató de comprender la importancia de la participación de la comunidad en la construcción del proyecto político pedagógico. Embazó en el enfoque cualitativo, que se caracteriza como un estudio de caso. Como instrumento de recolección de datos utilizó el cuestionario. Los participantes eran miembros del equipo directivo, profesores y padres de la Escuela Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha en la ciudad de Constantina, RS. Con ese estudio contactó que a través de la construcción colectiva la escuela se vuelve más autónoma y la comunidad escolar se siente más valorada en contribuir para edificación de una escuela con identidad propia y democrática.

Palabras clave: Gestión escolar democrática, Comunidad Escolar, Proyecto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	06
CAPÍTULO I.....	08
1 UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	08
1.1 A educação brasileira e as políticas públicas	08
1.2 A gestão escolar democrática.....	12
1.3 A construção do Projeto Político Pedagógico.....	13
1.3.1 A gestão do projeto político pedagógico e o trabalho coletivo.....	16
CAPÍTULO II	17
2 A CONSTRUÇÃO DO PPP NO CONTEXTO DA PESQUISA	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
REFERÊNCIAS	24
APÊNDICE A - Questionário para professores e pais de alunos	26
APÊNDICE B - Questionário para diretora e coordenadora pedagógica.....	27

INTRODUÇÃO

A gestão na escola frente ao Projeto Político Pedagógico (PPP) implica a participação dos profissionais da educação, pais, alunos e agentes educacionais. A elaboração e implantação do PPP necessita da participação da comunidade escolar, a fim de que seja configurado como uma construção participativa.

O projeto político e pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação do seu papel social e a clara definição dos caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. (VEIGA, 1998, p. 09).

O PPP vai ganhando significado a partir do momento em que há questionamos sobre o que se quer com a escola e os rumos a seguir dentro dos limites e possibilidades. Portanto, é preciso que ele seja construído com investigação e reflexão.

Com este estudo pretendeu-se compreender como ocorre a participação da comunidade na construção do Projeto Político e Pedagógico.

É importante que o PPP crie metas sociais que venham contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e humana. Este estudo possui uma abordagem qualitativa. São consideradas metodologias qualitativas, [...] levantamentos feitos com questionários abertos ou diretamente gravados [...] (DEMO, 2008, p. 151).

A pesquisa foi caracterizada como um estudo de caso. Gil (2008, p. 54) diz que o estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento”.

O interesse pelo tema surgiu pelo fato da pesquisadora trabalhar na rede Municipal de Ensino e perceber que na escola onde atua após a construção do PPP, no ano de 2002 o mesmo não sofreu reajustes, percebendo assim a necessidade desta adequação.

A coleta dos dados ocorreu através de questionário realizado com a comunidade escolar onde responderam o questionário a diretora da escola, uma coordenadora pedagógica, dois professores e dois pais de alunos, de uma escola da

rede Municipal de Ensino localizada no município de Constantina, RS. Deste modo, participaram da pesquisa 06 (seis) pessoas.

Justifica-se a importância desta pesquisa pela necessidade da participação de toda comunidade escolar na construção do PPP para que ocorra uma gestão democrática.

O estudo foi dividido em 02 (dois) capítulos. O capítulo 01 (um) tematiza sobre uma breve história da educação brasileira, das políticas públicas e construção do PPP e a gestão democrática. O capítulo 02 (dois) aborda a construção do PPP no contexto da pesquisa com a análise dos resultados dos dados elencados com a pesquisa de campo. Para encerrar, as considerações finais destacando a importância da participação de todo na construção do PPP.

CAPÍTULO I

1 UM OLHAR SOBRE A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 A educação brasileira e as políticas públicas

A educação brasileira passou por diversas mudanças no decorrer de sua história. Nos primórdios durante os séculos XVI, XVII, XVIII, tinha-se um sistema educacional regido pelos religiosos, onde se buscava a unidade social ensinando uma única fé.

Com a chegada da colonização portuguesa, a educação brasileira torna-se elitista e aristocrática e segue rígidas regras. A grande marca do século XVIII foi a ruptura da educação adotada em Portugal e estendida nas colônias. Marques de Pombal implantou uma nova política econômica voltada para a promoção do trabalho e o desenvolvimento da indústria. O Estado passa a dominar a igreja e os jesuítas são expulsos do reino. A educação neste momento passa a ser responsabilidade do rei e é ministrada por professores leigos (BRITO; BIERHALZ, 2007).

Acredita-se que as mudanças na educação brasileira ocorreram devido à chegada da família real, que se preocupava muito com a segurança da coroa e com a formação de carreiras burocráticas e de profissionais liberais. Neste período foram criadas a Academia Real da Marinha (1800), a Academia Real Militar (1810), cursos Jurídicos de São Paulo e Recife (1827), a Escola Militar em (1858), a Escola Politécnica (1874), além de cursos de médicos e os cursos de economia, química e agricultura da Bahia e do Rio de Janeiro (BRITO; BIERHALZ, 2007).

O Brasil tornou-se independente no momento em que a primeira Carta Magna Brasileira é outorgada por D. Pedro I, a 25 de março de 1824. Assim a educação primária passou a ser gratuita e extensiva a todos.

Em 15 de novembro de 1889 com a Proclamação da República criou-se a Primeira Constituição Republicana (1891). Neste período ocorreram duas grandes reformas: a reforma Rivadávia e a reforma de Maximiliano (BRITO; BIERHALZ, 2007).

A reforma Rivadavia (1911) foi constituída de vários mecanismos legais como a lei Orgânica do Ensino Superior, da Escola Politécnicas, das Faculdades de medicina, entre outras. Privilegiou o ensino confessional, produziu políticas que diminuían as responsabilidades do Estado sobre a educação e desta maneira se fortaleceu o ensino privado. Tornou os sistemas de ensino mais autônomos e assim reduziu severamente o controle e fiscalização federal sobre as escolas (BRITO; BIERHALZ, 2007).

No ano de 1915 surge a reforma Maximiliano com o decreto 11.530, de 18 de março de 1915. Chegou pra anular a reforma Rivadávia com a tentativa de moralizar a educação nacional. Porém, não obteve impactos no campo educacional, devido aos movimentos sociais ocorridos no Brasil na década de 20 (BRITO; BIERHALZ, 2007).

No ano de 1928 é implantada a escola nova e em 1931 a lei Francisco Campos, consagrando a liberdade de ensino. Já no governo de Getulio Vargas a população conquistou o direito de escolher o seu voto, mudando assim a organização da sociedade brasileira e neste governo foi criado o Ministério da Educação e Saúde.

No entanto, alguns intelectuais brasileiros que pretendiam renovar a educação no País criam um movimento chamado o Manifesto dos Pioneiros, com a finalidade de divulgar suas idéias sobre a escola, através da forma de organização e utilizando-se dos processos pedagógicos. Foi um instrumento de luta em defesa da escola pública (BRITO; BIERHALZ, 2007).

Nos anos 40 a população brasileira deu-se conta que nosso país apresentava condições diferentes de desenvolvimento em relação a outras nações. Sendo assim classificado como um país subdesenvolvido. Sente-se a necessidade, então de planejar e desenvolver o desenvolvimento (BRITO; BIERHALZ, 2007).

Após o golpe militar, que aconteceu em 1964, surge no cenário educacional a necessidade de profissionalização e incentivo ao ensino tecnológico. A partir de 1968 ocorre a reforma do sistema educacional Brasileiro. Nesta época acreditavam que a educação poderia impulsionar o desenvolvimento (BRITO; BIERHALZ, 2007).

Convém dizer que, a década de 80 foi marcada pelo expressivo número de movimentos sociais. Pela luta dos educadores por melhores salários e melhores condições de trabalho, são criados sindicatos e associações de professores. Foi neste período o ocorreu a busca da cidadania. Dá-se início ao um movimento social buscando o direito do voto, uma grande mobilização em prol das diretas já, mas sem muito êxito.

No governo de José Sarnei foi elaborada a Constituição da República Federativa do Brasil, onde pela primeira vez na história surge um capítulo voltado á educação pública (BRITO; BIERHALZ, 2007).

A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, Art. 205 p.34).

Assim, a população brasileira criou grandes expectativas em torno da Constituição Cidadã e mesmo antes de ser promulgada já havia discussão referente às leis e diretrizes da educação brasileira. Passado muitas tramitações entre câmara e senado foi promulgada em 17 de dezembro de 1996 a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que entrou em vigor em 23 de dezembro daquele ano.

A LDB é um instrumento que ampara a educação brasileira, sendo de grande importância o conhecimento da mesma por parte de todos que atuam no campo educacional.

A LDB em seu Artigo 3º pode-se perceber os princípios básicos para que ocorra a gestão democrática.

- I- Igualdade de condições e permanência na escola;
 - II- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III- Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 - IV- Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V- Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII- Valorização dos profissionais da educação escolar;
 - VIII- Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
 - IX- Garantia de padrão de qualidade;
 - X- Valorização da experiência escolar;
 - XI- Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- (BRASIL, 1996, Art. 3º p. 35)

A partir do exposto, observa-se princípios que direcionam para uma Gestão Democrática: a descentralização de poder, incluindo formas não hierarquizadas de discussão, tomadas de decisões e implementação de ações, a participação, em que os envolvidos no cotidiano escolar participem da gestão, envolvendo a comunidade escolar, a transparência, já que qualquer decisão ou ação implantada na escola tem que ser de conhecimento de todos.

Portanto, foi a partir da década de 90 que a educação brasileira passou por um processo de descentralização administrativa, proporcionando as escolas mais autonomia, com a criação dos Conselhos Escolares e Grêmios Estudantis, a elaboração do Projeto Político Pedagógico, etc.

Foram longos anos de lutas e mudanças no campo educacional, com alguns erros outros acertos, mas em fim, continua-se em busca de uma educação de qualidade e que integre a todos. É com esta finalidade que temos no cenário educacional brasileiro alguns programas, entre estes programas podemos citar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) que é o principal indicador utilizado para monitorar a qualidade da educação básica, é conciliado com as notas da Prova Brasil, que visa diminuir o número de reprovações e também não permitir que alunos que não aprenderam avancem para o ano/série seguinte.

Desta forma, estes programas procuram avaliar se os estudantes através de sua aprendizagem adquiriram certas competências e conhecimento.

Porém, a divulgação dos resultados ao público funciona como pressão de buscar melhorias na qualidade do ensino. Fazendo assim, com que as escolas procurem alternativas para obter um valor cada vez maior no indicativo. E para ajudar, o Ministério da Educação (MEC) cria o sistema de metas educacionais, para que haja maior comprometimento das redes e escolas em melhorar o seu IDEB, e que indiretamente a sociedade cobre estas melhorias na qualidade da educação.

Ao atingirem e se comprometerem com as metas, as escolas são recompensadas com mais recursos no Programa de Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Assim, é necessário que após a divulgação dos resultados as escola que apresentam baixo resultado no indicativo tracem metas para melhorar o seu indicativo.

Porém, para alcançar o que se almeja precisa-se que as políticas educacionais andem entrelaçadas com a política social e principalmente com a família, a fim de realizar propósitos de educação e bem estar social para todos.

1.2 A gestão escolar democrática

A negação de valores como o individualismo e a competição, são um dos passos necessários para uma gestão escolar que favoreça o fortalecimento do coletivo. Percebe-se que um dos empecilhos enfrentados pela gestão escolar democrática são o isolamento e o desgaste das relações de trabalho existentes em nossas escolas, retratando o egoísmo presente na sociedade de hoje. Para Carrapeto; Ferreira (2000, p. 253) ¹ precisa-se seguir os seguintes indicativos para que ocorra uma escola democrática.

1- A autonomia escolar, considerada como a capacidade de as escolas traduzirem e construírem suas alternativas, fundadas em suas reflexões e leitura da realidade, sistematizadas no Projeto Político e Pedagógico Coletivo. Isto não significa desvincular-se do sistema e muito menos de aceitar a desresponsabilização do Estado na manutenção da educação,

2- A descentralização do poder, entendida como método de trabalho coletivo que divide atribuições e responsabilidades, rompendo com a hierarquização,

3- A representatividade social dos conselhos e colegiados, abolindo o papel de simplesmente legitimar ações do poder público. Queremos a verdadeira representatividade social, com poder de intervenção na formulação das políticas, com espaços assegurados para apresentar e defender propostas,

4- O controle social da gestão educacional, decorrentes dos mecanismos de representatividade social; é necessário que as políticas e programas oficiais sejam acompanhados e avaliados pela sociedade, não apenas pela formalidade de contas dos relatórios oficiais, mas por conselhos gestores na plenitude de seu funcionamento,

¹ A sequência enumerada do 01 ao 06 apresentada a seguir, foi extraída da fonte: CARABETTA Jr., Valter. CURY, Maria Cristina F. da S. A contribuição pedagógica na escola de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, 2007, p. 44 a 51.

5- A escolha dos dirigentes escolares por processo de eleição; mesmo com convicção de que, isoladamente, as eleições para diretor não tem força suficiente para assegurar a democratização da gestão, sem elas não podemos falar em um processo verdadeiramente democrático de gestão. A importância das eleições não se esgota no ato em si, mas no conjunto de elementos que elas mobilizam, tematizam, questionam, trazendo a tona passagens do cotidiano da escola em um contexto importante para o seu dimensionamento,

6- A inclusão de todos os segmentos da comunidade escolar, considerando não apenas a formalidade do conselho escolar que deve representar os pais, os alunos, os trabalhadores da educação, fundamentalmente criar espaços e abrir possibilidades de incluir a todos no PPP da escola, desde a sua concepção até a implementação no dia-a-dia da escola.

Eis o grande desafio, há muito para ser feito para que a escola consiga a transformação social tão almejada aproveitando-se dos espaços democráticos da escola, a partir da análise da realidade proporcionando o diálogo para as tomadas de decisões no coletivo.

Um processo de gestão que construa coletivamente um projeto pedagógico de trabalho tem já, na sua raiz, a potência de transformação. Por isso é necessário que atuemos na escola com maior competência, para que o ensino realmente se faça e a aprendizagem se realize, para que as convicções se construam com no diálogo e no respeito e as práticas se efetivem, coletivamente, no companheirismo e na solidariedade. (FERREIRA, 2001, p.113).

Neste sentido, a gestão escolar democrática possibilitará melhorias na qualidade do ensino e aprendizagem, visto que se desenvolve e acontece em todos os setores da escola, inclusive na sala de aula, onde o PPP é colocado em prática através do planejamento, diálogo do ensino e aprendizagem.

Nesta linha de pensamento a gestão democrática da escola se faz através da participação, ou seja, quando se compreende que participar também é ajudar a construir.

1.3 A construção do Projeto Político Pedagógico

Em todas as instâncias do dia a dia se faz necessário a criação de regras. Em uma sociedade democrática tal processo se institui através de pessoas escolhidas de maneira eletiva pela maioria da população. Nas instituições de ensino isso também ocorre com a formulação do PPP. Neste caso, sua formulação pode se dar de duas formas: pelos grupos representantes dos segmentos escolhidos de maneira democrática, ou seja, através de eleições de Conselho Escolar, de Círculo de Pais e Mestres, de Direção. Ou, pode acontecer com a participação de todos os interessados: alunos, pais, professores e agentes educacionais.

Além de ser obrigatório, o PPP é hoje uma necessidade para as escolas e principalmente para os educadores, pois é através dele que são direcionadas as ações da escola.

O Projeto Político-Pedagógico é o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se objetiva na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar, a partir de um posicionamento quanto à sua intencionalidade e de uma leitura da realidade. (VASCONCELLOS, 2009, p. 17)

Portanto, o PPP é um documento que precisa ser continuamente estudado e nele acrescentado os posicionamentos da realidade em que a escola está inserida. É através dele que a escola adquire sua autonomia, e a equipe docente fica mais sabedora e responsável por tudo o que acontece na escola.

A participação dos segmentos da comunidade escolar é necessária para que todos os interessados numa melhora da educação possam, segundo Veiga (2003, p. 02)

[...] garantir as condições de acesso e permanência de crianças, jovens e adultos [nos] componentes educacionais, [construindo] um projeto político-pedagógico de educação básica e superior de qualidade, comprometido com as múltiplas necessidades sociais e culturais da população.

Neste sentido, percebe-se a necessidade da elaboração de um PPP participativo, e para que este ocorra Vasconcellos (2009, pg 25) sugere três elementos: Marco Referencial, Diagnóstico e Programação.

O primeiro dos elementos, o Marco Referencial, é necessário para analisar a realidade em que o educandário está inserido, situar a escola dentro do contexto, buscando dados da comunidade escolar dentro da sociedade, assim como verificar

a maneira como o grupo percebe a realidade, seus problemas, desafios, valores entre outros anseios.

O segundo elemento é o Diagnóstico, pautado nas mediações propostas, a partir da análise da realidade, a fim de identificar problemas relevantes da realidade escolar, a fim de verificar os aspectos positivos e negativos dos envolvidos no processo.

O terceiro elemento, a Programação, é onde ocorre uma ação concreta para saber o que é necessário e possível ser feito, para efetivar o que foi planejado, as normas a serem seguidas tendo uma seqüência de atividades.

Neste contexto, Ferreira (2007, p. 33) sugere alguns aspectos norteadores para a organização do PPP de uma instituição. Inicialmente a autora assegura que todo projeto pedagógico é Projeto Político-Pedagógico, pois ele é contextualizado a partir da realidade onde o educandário está inserido. Diz que o PPP surge no momento em que há uma intenção de compreender a realidade, o local de origem da instituição. Também salienta que, ao se organizar, o PPP revela a identidade da unidade escolar, utilizando-se de instrumentos para o diagnóstico interno e externo da comunidade, que durante todo o processo de construção o PPP, além de ser um documento referência, torna-se também uma experiência concreta da escola.

Para tanto, Ferreira (2007, pg 34) ainda assegura que é necessário um questionamento referente as bases de ação administrativa, docente e discente, exigindo uma nova atitude escolar em todos os níveis da instituição. Desta forma, surge a necessidade da indissociabilidade teoria/prática num ato de reflexão crítica, visando o comprometimento de todos os sujeitos sociais com os problemas da educação e da comunidade.

Neste processo de construção ou reelaboração do PPP é preciso que haja uma ação conjunta, onde a direção e a equipe pedagógica propiciem momentos de discussões coletivas, mas estes não devem ocorrer somente no início do ano letivo e sim em vários momentos como nas horas-atividade dos professores, reuniões de pais, conselhos de classe, reuniões pedagógicas, do Conselho Escolar e do Grêmio Estudantil.

Finalmente, é preciso instalar um clima democrático para acelerar o processo participativo, alimentando assim, uma experiência de cidadania superando, desta forma, o espírito individualista e autoritário que está presente em muitas instituições escolares.

Desse modo, a originalidade de um PPP resulta de uma leitura que a comunidade escolar faz da instituição escolar e da realidade dos sujeitos envolvidos. Quando expresso com compromisso de todos é um instrumento de transformação da escola.

Vale salientar que as pessoas com grande grau de organização e aptas a orientar a construção de um PPP estão diretamente ligadas a gestão da escola na parte pedagógica, como coordenadores pedagógicos e direção da escola.

1.3.1 A gestão do projeto político pedagógico e o trabalho coletivo

A escola está situada em um contexto que envolve, de certa forma, as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade. Estas mudanças precisam acontecer dentro da escola para ocorrer a reflexão da realidade e as ações que possam mudá-la.

A reunião pedagógica semanal é um espaço fundamental de trabalho dentro da instituição escolar, pois, é ali que se discute, planeja e avalia o dia-a-dia da escola.

Para Vasconcellos (2009, pg 48), a reunião pedagógica semanal é um local onde pode ocorrer a troca de experiências possibilitando o compartilhamento de dúvidas, inquietações e sonhos que os educadores tenham. Pois os professores estão diariamente expostos a desafios, por isso a necessidade de refletir juntos o trabalho e poder criar algo coletivamente com o intuito de mudar a realidade.

No momento em que é priorizado este tempo, há uma maior interação entre os profissionais garantindo assim um processo emancipador através do trabalho coletivo. Desta forma, possibilita a revisão do projeto de aprendizagem, a troca de conteúdos com os colegas e a avaliação da prática.

O professor é o gestor do ensino e, portanto, precisa estar em constante atualização e formação.

CAPÍTULO II

2 A CONSTRUÇÃO DO PPP NO CONTEXTO DA PESQUISA

O Município de Constantina RS Criado em 1959, está localizado na microrregião colonial de Irai Alto Uruguai, a 365 Km da capital do estado. O Município caracteriza-se por uma realidade econômica voltada principalmente para o meio rural, pois a agricultura é o principal setor econômico, seguido pelo comércio e a prestação de serviços, dependentes da agropecuária; a produção está voltada principalmente para as lavouras de milho, soja, bovinocultura de leite, suinocultura e fruticultura. A agricultura familiar predomina no município.

A Rede Municipal de Ensino de Constantina possui 06 (seis) escolas que atendem desde a Educação infantil até 8ª série do Ensino Fundamental e uma escola de Educação Infantil. Na sua maioria são escolas do campo, apenas uma na sede do município e outras duas em dois bairros, sendo que um deles concentra grande número de famílias de baixa renda.

Nos anos 90, a Rede Municipal de Ensino passou pelo processo de nucleação, um grande número de escolas do campo foram desativadas sendo criadas as chamadas escolas pólos. A maioria das crianças, hoje estudam nessas escolas e usufruem o transporte escolar.

No ano de 2001 a administração municipal iniciou um processo de discussão e construção do projeto político pedagógico e reestruturação de regimentos escolares, como o resultado de uma exigência legal, mas também como opção política da administração municipal que assumia a época.

Foram realizados encontros sistemáticos com professores da Rede Municipal de Ensino, coordenados pela Secretaria de Educação e Assessoria Pedagógica. Partiu-se da análise da realidade local, concepção de ser humano e de sociedade. Também se estudou e se discutiu concepções de currículo, aprendizagem e de avaliação.

Além dos professores, os educandos e seus pais participaram de todo o processo de construção dos documentos norteadores das escolas. Os resultados

deste processo foram a alteração dos regimentos, adequados às novas concepções e legislação vigente.

As escolas da rede municipal de ensino do município de Constantina estão inseridas na proposta de escola cidadã. Pode-se classificar este modelo de educação semelhante à pedagogia progressista libertadora, onde ocorre um questionamento das relações do ser humano com a natureza e seus semelhantes, com a finalidade de transformá-la. Considera as experiências vividas pelos alunos relaciona-as com os conteúdos escolares.

Nesta perspectiva são trabalhados com temas geradores extraídos através da pesquisa participante que as escolas realizam com os educandos e familiares. Então é construída uma rede com as falas significativas e a partir daí introduzido os conteúdos do currículo escolar. Tem por objetivo que os educandos sejam autônomos, sendo sujeitos de transformação da sociedade para que a mesma se torne mais justa e igualitária.

Para que a comunidade escolar possa participar do processo de elaboração do PPP é necessário que sejam convocados e ouvidos para que o mesmo seja considerado um projeto participativo, com o intuito de conhecer a maneira em que o PPP foi construído. Em uma das escolas da rede municipal de ensino foram realizados questionários com a diretora, a coordenadora, com dois professores e dois pais de alunos da referida escola. Os Questionários foram distribuídos e recolhidos na semana seguinte. Os sujeitos da pesquisa serão identificados da seguinte forma: os gestores (diretora e coordenadora) pelas letras A e B; os professores pelas letras A1 e A2 e os pais como P1 e P2. Desta maneira estaremos preservando a identidade dos participantes.

Pode-se perceber através do questionário com a direção e coordenação que ambas tem consciência do que é, e da importância de um PPP, conforme exposto.

É um documento que revela a identidade da escola, onde estão elencados os princípios da ação educativa. O PPP se configura numa ferramenta de planejamento e avaliação, em que todos os membros da equipe gestora e pedagógica devem consultar a cada tomada de decisão. (Gestor A)

Os professores também revelaram compreender que o PPP é um documento que rege as ações da escola que está intimamente ligado ao regimento escolar, avaliação, projetos e a aprendizagem.

A professora A2 salientou que “O PPP orienta o trabalho pedagógico da escola, nele se estabelecem as metas a serem seguidas e os objetivos a serem alcançados. O PPP é a identidade da escola”.

Dos pais um deles participou da elaboração do PPP da escola e tem conhecimento que é um documento onde estão as leis da escola, conforme exposto pela seguinte fala: “Penso que o Projeto Político Pedagógico é como se fosse as leis da escola. É o que comanda as ações que a escola vai ter” (Pai P2)

O outro relata já ter ouvido falar, mas não sabe claramente o que é o PPP. “Meu filho começou este ano a estudar. Não tenho certeza, mas acho que esse documento deve ser de como funciona a escola. Sei que a avaliação é diferente não tem nota” (Pai P1).

Possivelmente este pai ao matricular seu filho na referida escola recebeu informações do funcionamento da mesma, pois ele consegue identificar o modelo de avaliação que a escola segue, mas ao mesmo tempo não relaciona que esta informação consta no PPP. Percebe-se claramente que não participou da construção do documento.

Quando questionados sobre como deveria ser feito o PPP os sujeitos da pesquisa demonstraram compreender a necessidade que o PPP seja elaborado de forma coletiva, envolvendo toda a comunidade escolar, considerando e analisando a realidade sócio-cultural da escola, tendo o auxílio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Sobre este questionamento relata uma dos professores:

O PPP de ser planejado e construído por todos os integrantes da comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) Mas sabe-se que é difícil motivar os pais para participar efetivamente da vida escolar dos filhos. Culturalmente eles não possuem o hábito de dialogar e planejar junto com a escola. (Professor A2)

Outro dado importante é revelado nesta fala, a escola apresenta dificuldade em trazer os pais para dialogar sobre a vida escolar de seus filhos. Possivelmente vão até a escola no momento da avaliação.

Percebe-se a necessidade de maior aproximação da escola com a família, aumentando assim, a comunicação e o envolvimento dos pais nas decisões da escola e participação na vida escolar de seus filhos. Como os pais, os educandos precisam perceber e vivenciar momentos que possibilite compreender o que é uma ação democrática, e uma maneira de fazê-lo é através da construção dos princípios

de convivência quando elaborado pelos próprios alunos, desta forma terão clareza de seus direitos e deveres.

Foi unânime a colocação em que o PPP construído de forma coletiva apresenta grandes vantagens, pois todos os que se envolvem se sentem mais valorizados e comprometidos em cumprir os combinados e estabelecidos pelo grupo.

O PPP construído coletivamente apresenta avanços significativos na melhoria da qualidade da educação. O trabalho ocorre de forma interdisciplinar, contemplando as diferenças, no desenvolvimento de projetos que envolvem toda a comunidade escolar. A coletividade proporciona maior integração entre a comunidade e a escola, valoriza o conhecimento prévio dos educandos e suas experiências de vida.
(Professor A1)

Para Carrapeto; Ferreira (2007, p. 62), quanto à participação coloca: “consideramos que participação é conquista para significar processo no sentido legítimo do termo: infindável e constante vir-a-ser, sempre se fazendo, sempre se construindo”.

Portanto, pode-se compreender que participar significa fazer parte é uma ação conjunta que é destinada a todos. Os gestores relatam que o PPP auxilia na construção de uma gestão democrática a partir do momento em que a comunidade escolar é envolvida, compartilhando responsabilidades e definindo os rumos que serão dados escola.

Auxilia quando todos participam efetivamente tanto na parte administrativa, quanto na questão pedagógica. Na teoria a gestão democrática traz novas alternativas para a melhoria da educação, mas na prática ainda temos um longo caminho a percorrer. (Gestor B)

Fica claro na fala do professor que a escola caminha em busca de uma gestão democrática, mas a passos lentos. Pois nem tudo que almejamos no momento de construção do PPP é facilmente colocado em prática. Neste sentido é importante ter em mente que o projeto político pedagógico depois de concluído necessita ser reorganizado, revisado com frequência.

Todos os membros da comunidade escolar devem e precisam participar de tudo que acontece na escola, mas é no PPP que deve ser especificado em que momentos este darão a sua contribuição. Pois mesmo sendo uma ação democrática, não são em todas as decisões que o todo participara.

Quando questionados sobre a sua participação na elaboração do projeto político pedagógico somente a diretora mencionou ter participado. Os professores relataram o seguinte: “Não participei da elaboração do PPP desta escola, pois trabalhava em outra instituição e participei onde trabalhava” (Professor A).

Segundo o professor, participou da elaboração do PPP em outra escola. Ao analisar esta fala surge um questionamento de quando foi construído o PPP? E quanto tempo se passou após a sua última reconstrução?

Observando os relatos dos gestores, professores e pais, verifica-se que na sua grande maioria possui clareza do compromisso que a escola tem com a comunidade para auxiliar na formação da mesma para que esta venha a ser mais justa e igualitária, com sujeitos atuantes e críticos com a capacidade de transformar a realidade. Mas pra que isto ocorra é necessário encontrar uma maneira de motivar a comunidade escolar a participar ativamente das tomadas de decisões no contexto escolar.

Ao consultar o PPP da escola percebeu-se que o mesmo foi construído no ano de 2001 e não sofreu nenhuma alteração nestes últimos anos. Porém, nos últimos meses a escola vêm estudando e repensando a questão da avaliação.

Não participei na construção do PPP executado pelas escolas atualmente. O PPP de cada escola deveria ser avaliado e reformulado de acordo com a realidade e necessidade de cada escola. (Professor A)

Sobre a participação da comunidade escolar afirma a coordenação pedagógica que “foi elegido algumas pessoas da comunidade escolar que auxiliaram na construção do PPP”.

A equipe gestora relata que o PPP é executado diariamente. Portanto, observa-se que a escola vem colocando em prática as ações educativas através do trabalho pedagógico.

Observando os relatos dos gestores, professores e pais, verifica-se que na sua grande maioria possui clareza do compromisso que a escola tem com a comunidade para auxiliar na formação da mesma para que esta venha a ser mais justa e igualitária com sujeitos atuantes e críticos com a capacidade de transformar a realidade. Mas pra que isto ocorra é necessário encontrar uma maneira de motivar a comunidade escolar a participar das tomadas de decisões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A identidade da escola é construída através das ações educativas baseadas no Projeto Político e pedagógico. Assim, não pode ser encarada como uma questão individualizada, mas como uma construção do coletivo. O PPP só é válido quando executado e apresenta as características de toda a comunidade escolar onde todos possam participar com voz ativa nas decisões a serem tomadas.

Traçar e executar seu próprio projeto pedagógico e nele a sua identidade afirmativa e distintiva é tarefa de toda a instituição/ escola como tal, tarefa que não se limita ao âmbito das relações interpessoais, mas que se faça realisticamente presente nas estruturas e funções da escola. (MARQUES, 1991, p 50).

Após a realização da pesquisa, chegou-se a conclusão que a construção do PPP deve acontecer de forma conjunta e participativa, envolvendo toda a comunidade escolar nas tomadas de decisões. No entanto, percebeu-se, que a realidade encontrada é outra. Os pais, apesar de serem convidados participam muito pouco das decisões da escola, pois “não apresentam o hábito de dialogar e planejar com a escola”(A1).

No momento em que as escolas definem sua proposta pedagógica estão compartilhando e definindo princípios de responsabilidade no contexto da ação pedagógica, onde o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação estão presentes de modo que a educação possa atuar no processo de construção da cidadania.

Através do planejamento das ações pedagógicas é possível fazer uma relação entre os conteúdos do currículo e o modo de vida dos alunos, podendo assim aproximar o saber pedagógico do cotidiano. Para dar suporte a esta ação o PPP necessita considerar o senso de justiça e a identidade da comunidade escolar para definir o tipo de sociedade e cidadãos que deseja formar e transformar.

Percebe-se que a gestão democrática, vem abrindo espaços para uma maior participação da comunidade escolar nos projetos educativos. Sendo assim, as pessoas precisam ter consciência que a sua opinião é importante, que devem participar das decisões que são tomadas na escola.

A partir do momento em que, percebem o verdadeiro valor da participação, ocorre um maior comprometimento com o educandário, pois este é um principio da

gestão democrática: esquecer o individualismo e pensar no todo. Desta forma a escola se transforma e é possível a construção coletiva de um projeto que busque uma sociedade mais justa e humana.

A gestão escolar precisa ocorrer na prática, nas tomadas de decisões, num processo de construção e desenvolvimento do processo educativo, atingindo assim todas as esferas da escola, chegando até a sala de aula, pois ali não é somente lugar de conteúdo, mas de construção do saber. Enfim, é importante assegurar que o PPP deve estar constantemente em aperfeiçoamento. Não deve ser concluído e esquecido em uma gaveta porque ele é a estrutura de funcionamento da instituição escolar, é quem determina as ações da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: Congresso Nacional, 1996.

BRITO. Eliana Póvoras Pereira, BIERHALZ, Crisna Daniela Krause. **Educação Brasileira: Organização de Políticas Públicas**. Pelotas: LEMAD, 2007.

CARABETTA Jr., Valter. CURY, Maria Cristina F. da S. A contribuição pedagógica na escola de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**. 44 a 51, 2007.

DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2008.

DOMINGUES, José Juiz; TOSCHI, Nirza Seabra; OLIVEIRA, João Ferreira de. A reforma do Ensino Médio: A nova formulação curricular e a realidade da escola pública. **Revista Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 70, p. 63 a 79, 2000.

FERREIRA, Aurélio De Holanda. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. 5. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____, Naura Syria Carapeto. **Gestão da educação: Impasses, perspectivas e compromissos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARQUES, Luciana Rosa. O Projeto Político Pedagógico e a Construção da Autonomia e da Democracia na Escola nas Representações Sociais dos Conselheiros. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 577 a 597, 2003.

MARQUES, Mario Osório. **A construção do projeto político-pedagógico da escola e a identidade do educador**. Espaço da Escola. Ijuí: Livraria Unijuí, 1991.

MATTOS, Carmen Lúcia Guimarães de. O conselho de classe e a construção do fracasso escolar. In: **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 02, p. 215 a 228, 2005.

PARO, Vitor Henrique. **O currículo do ensino fundamental como tema de política pública: a cultura como conteúdo central**. Ensaio: Avaliação Políticas Públicas. Educação, Rio de Janeiro, v. 19, n. 72, p. 485 a 508, 2011.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio/2011-2014**. Porto Alegre: 2011.

TORRES, Rosa Maria. **Educação para todos: A tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. 12. ed. São Paulo: Libertad, 2009.

VEIGA, Ilma Passos A. **Projeto Político-Pedagógico da escola**. Campinas: Papirus, 1995.

_____, Ilma Passos A. **Projeto Político e Pedagógico da Escola, uma construção possível**. Campinas: Papirus, 2007.

APÊNDICE A - Questionário para professores e pais de alunos

O presente questionário é parte integrante dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa: “A comunidade escolar frente a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico”. Essa Pesquisa é realizada sob a orientação da professora Alexandra Silva dos santos Furquim do curso de pós-graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. As respostas do questionário serão utilizadas para a análise da referida pesquisa.

Juliana Alievi Zanata (Pesquisadora responsável)

- 1- O que você entende por Projeto Político Pedagógico?

- 2- Em sua opinião como deve ser feito o Projeto Político Pedagógico?

- 3- Você consegue identificar vantagens e/ou desvantagens em construir um Projeto Político Pedagógico de forma coletiva?

- 4- O projeto Político Pedagógico auxilia na construção de uma gestão democrática?

- 5- Você participou da elaboração do PPP da escola?

APÊNDICE B - Questionário para diretora e coordenadora pedagógica

O presente questionário é parte integrante dos instrumentos de coleta de dados da pesquisa: “A comunidade escolar frente a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico”. Essa Pesquisa é realizada sob a orientação da professora Alexandra Silva dos santos Furquim do curso de pós-graduação em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria. As respostas do questionário serão utilizadas para a análise da referida pesquisa.

Juliana Alievi Zanata (Pesquisadora responsável)

- 1- O que você entende por Projeto Político Pedagógico?
- 2- Em sua opinião como deve ser feito o Projeto Político Pedagógico?
- 3- Você consegue identificar vantagens e/ou desvantagens em construir um Projeto Político Pedagógico de forma coletiva?
- 4- O Projeto Político Pedagógico auxilia na construção de uma gestão democrática?
- 5- Você participou da elaboração do PPP da escola?
- 6- Como foi o envolvimento da comunidade escolar na elaboração do PPP?
- 7- De que maneira o Projeto Político Pedagógico está sendo executado na prática escolar?